

DO EDIFÍCIO À CIDADE: RESILIÊNCIA DOS ARQUITETOS EM RECIFE/BRASIL (2000-2019)

DEL EDIFICIO A LA CIUDAD: RESILIENCIA DE LOS ARQUITECTOS EM RECIFE/BRASIL (2000-2019)

FROM THE BUILDING TO THE CITY: THE RESILIENCE OF ARCHITECTS IN RECIFE/BRAZIL (2000-2019)

MOTTA, ENIO LAPROVITERA DA

Doutor, UFPE, eniolaprovitera@uol.com.br

RESUMO

Na virada do século XXI, em Recife, no campo do saber erudito e no ideário do cidadão comum, revela-se um *movimento de resistência* à deterioração da *arquitetura*, da *paisagem da cidade* e da *qualidade de vida* do cidadão. Nesse percurso intelectual, ocorrem importantes redefinições conceituais que perpassam o conjunto da sociedade, indo da gestão pública e academia até as atividades e expressões ditas do cotidiano da cidade. Nesse contexto, o texto fala de uma nova forma de ser arquiteto e fazer arquitetura e argumenta que isso pressupõe a reformulação do ensino da arquitetura, assim como uma reinterpretação da política e da forma de se fazer pertencer à cidade. No início desse século, portanto, ao mesmo tempo em que se caracteriza certa crise na profissão de arquiteto, parece se consolidar um novo território de atuação profissional, fruto da reincorporação da atividade de projetar ao campo da política, entendida, aqui, como manifestação plural, pois saturada de temas do cotidiano urbano. Essa “nova” forma de fazer arquitetura fez surgir na cidade do Recife diversos grupos – autointitulados de “coletivos” de arquitetura – com formas de organização menos hierarquizadas e que procuram atuar formando “redes” com outros atores da sociedade civil, em especial, os movimentos sociais e comunidades urbanas de áreas ditas “informais”.

PALAVRAS-CHAVE: arquiteto; edifício vertical; cidade; projeto-urbano; coletivos

RESUMEN

A comienzos del siglo XXI, en Recife, en el campo del conocimiento académico y los ideales de los ciudadanos comunes, existe un movimiento de resistencia al deterioro de la arquitectura, el paisaje de la ciudad y la calidad de vida de los ciudadanos. En este camino intelectual, hay importantes redefiniciones conceptuales que impregnan a toda la sociedad, desde la gestión pública y la academia hasta las actividades y expresiones de la vida cotidiana en la ciudad. En este contexto, el texto habla de una nueva forma de ser arquitecto y de hacer arquitectura y argumenta que esto presupone la reformulación de la enseñanza de la arquitectura, así como una reinterpretación de la política y la forma de pertenecer a la ciudad. A principios de este siglo, por lo tanto, al mismo tiempo que se caracteriza una cierta crisis en la profesión de arquitecto, un nuevo territorio de práctica profesional parece consolidarse como resultado de la reincorporación de la actividad de proyectar en el campo de la política, entendida aquí como una manifestación plural, saturada de temas urbanos de la vida cotidiana. Esta “nueva” forma de hacer arquitectura ha llevado a la aparición de varios grupos en la ciudad de Recife, autodenominados como arquitectura “colectiva”, con formas de organización menos jerárquicas que buscan formar “redes” con otros actores de la sociedad civil, especialmente los movimientos sociales y comunidades urbanas en las llamadas áreas “informales”.

PALABRAS CLAVES: arquitecto; edificio vertical; ciudad; del diseño urbano; colectivo

ABSTRACT

At the turn of the 21st century, in Recife, in the field of scholarly knowledge and the ideals of ordinary citizens, there is a movement of resistance to the deterioration of architecture, the city landscape and the citizen's quality of life. In this intellectual path, there are important conceptual redefinitions that permeate the whole of society ranging from public management and academia to the activities and expressions of daily life in the city. In this context, the text talks about a new way of being an architect and doing architecture and argues that this presupposes the reformulation of the teaching of architecture, as well as a reinterpretation of politics and the way of belonging to the city. At the beginning of this century, therefore, at the same time that a certain crisis in the profession of architect is characterized, a new territory of professional practice seems to be consolidated as a result of the reincorporation of the activity of projecting into the field of politics, understood here as a plural manifestation, saturated with urban daily life themes. This “new” way of doing architecture has led to the emergence of several groups in the city of Recife - self-described as “collective” architecture - with less hierarchical forms of organization that seek to form “networks” with other civil society actors, especially the social movements and urban communities in so-called “informal” areas.

KEYWORDS: architect; vertical building; City; urban-design; collective

1. INTRODUÇÃO

O texto procura retratar o debate urbano na virada do século XXI, mais precisamente, entre 2000 e 2019 na cidade do Recife. Para isso, retoma os argumentos centrais de debates e experiências emblemáticas que marcaram o campo da arquitetura nessas duas primeiras décadas do nosso século. A observação é feita no sentido de *percorrer transversalmente* a sociedade, e, por isso, cita eventos relacionados à *gestão pública*, *academia* e às manifestações da *sociedade civil*. No limite, procura caracterizar uma importante metamorfose no ideário da profissão de arquiteto que parece apontar para a retomada de uma reflexão e prática profissional voltada para os temas do cotidiano da cidade.

Nesse percurso – que, em resumo, pode ser apontado como indo de uma prática de projeto centrada no *edifício* a uma reflexão sobre a *cidade* – o texto se estrutura em cinco seções: primeiro, sugere uma *crise da profissão*, para, logo em seguida, ao sugerir um novo caminho – do edifício à cidade – perguntar *de que cidade estamos falando*. Num segundo momento, e através da observação do surgimento de grupos de jovens arquitetos dedicados às temáticas do cotidiano da cidade, sugere que esse novo território de ação pressupõe a *reformulação do ensino de arquitetura – em especial, o ateliê de projeto –*, e, também, uma *reinterpretação do campo da política* e das *práticas de pertencimento à cidade*. Defende-se que essas transformações possibilitaram a redescoberta do cotidiano urbano como uma nova perspectiva para a prática do projeto urbano.

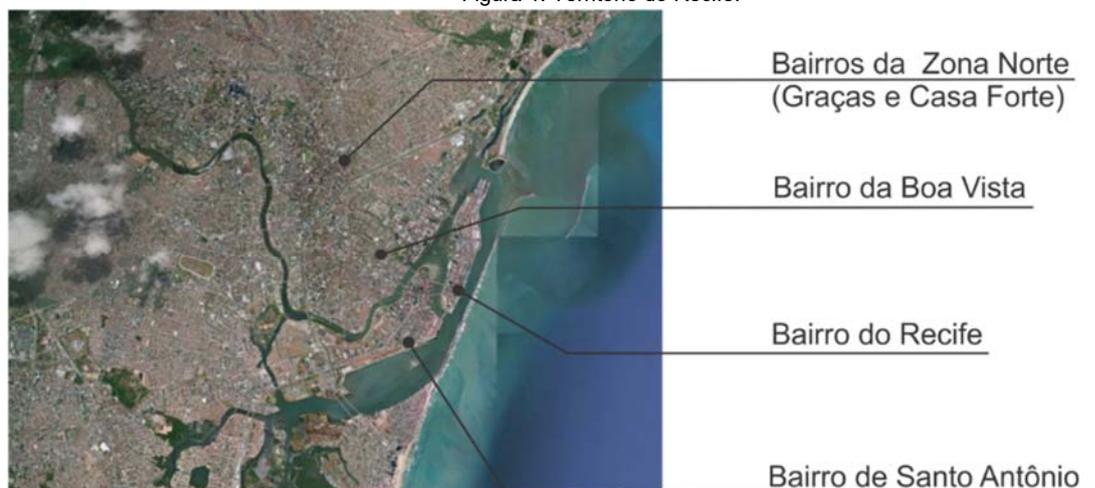
De uma maneira geral, o texto buscar trazer à tona o que acredita ser o ideário profissional do arquiteto nesse século XXI e, por isso, conclui sugerindo tratar-se de *uma nova forma de ser arquiteto e fazer arquitetura*.

2. DO EDIFÍCIO À CIDADE

O debate urbano no século XXI, no campo do saber erudito e no ideário do cidadão comum, revela um *movimento de resistência* à descaracterização da cidade, tendo na vanguarda os arquitetos. Denuncia-se um processo de urbanização focado no *edifício vertical* em detrimento da *paisagem da cidade* e da *qualidade de vida* do cidadão. O debate é intenso e o fato de o edifício vertical ser a encomenda mais recorrente dos escritórios de arquitetura coloca a profissão na *defensiva* até que uma *reformulação no ideário profissional* sugira um *novo caminho*: do edifício à cidade!

No poder público, a volta ao poder de grupos de esquerda em busca de uma nova agenda política abre espaço para arquitetos-gestores colocarem o tema da *cidade* no centro do debate. Neste sentido, em 2003, a Secretaria de Planejamento modifica a legislação urbanística de 12 bairros, estabelecendo fortes restrições à construção de edifícios verticais e garantindo a preservação das edificações existentes, estrutura viária e cobertura vegetal desses bairros. Pela primeira vez, o território da cidade foi subdividido respeitando suas *especificidades* ambientais, arquitetônicas e urbanísticas e se identifica o inimigo comum da cidade: o *edifício vertical*.

Figura 1: Território do Recife.



Fonte: web: <http://www.googlemaps.com>
(Setas com indicações do autor)

Na sociedade civil, a resistência ocorre, de início, através de *ações isoladas* contra à destruição de edifícios antigos e a construção de novos edifícios verticais em bairros históricos. Todavia, a partir de 2012, formam-se poderosas *redes digitais de articulação*, como o grupo “Direitos Urbanos” que mobiliza uma ampla resistência ao megaprojeto imobiliário do Cais José Estelita, intitulada “Ocupe Estelita”, em referência ao Movimento “Occupy Wall Street”. Aqui, mais uma vez, os arquitetos ocupam a vanguarda do movimento e o objeto da resistência se repete: denuncia-se o *edifício vertical* dissociado da vida urbana, da paisagem e do *skyline* do local. Aqui, pela primeira vez, o tema da *paisagem da cidade* é colocado como objeto legítimo de preservação e valorização urbana.

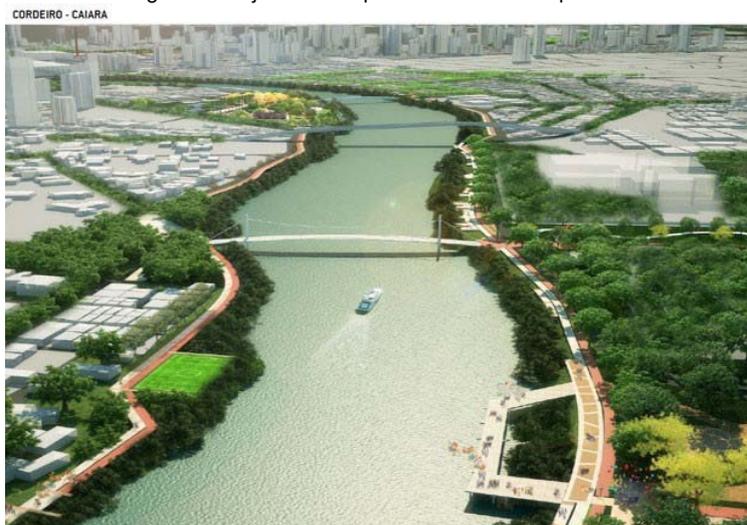
Figura 2: Bairro de Boa Viagem situado na zona sul do Recife.



Fonte:web:<http://www.skyscrapercity.com>

Na Academia, a partir de 2009, o Curso de Arquitetura da UFPE implementa um novo *currículo*, extinguindo as antigas disciplinas de *Urbanismo* e de *Projeto de arquitetura* para reuni-las nos *ateliês integrados*, agora, com abordagem *interdisciplinar* e foco na *cidade* e não no *edifício*. Assim, também na Academia, forma-se um novo ideário profissional abrindo oportunidade para os arquitetos-professores realizarem projetos estruturadores para a cidade, a exemplo do Parque do Rio Capibaribe e da requalificação do Bairro da Boa Vista, ambos, com ênfase na *mobilidade urbana* e *requalificação do espaço público*.

Figura 3: Projeto do Parque Linear do Rio Capibaribe



Autoria de arquitetos professores da UFPE. Coordenação. Prof^o Roberto Montezuma.

Fonte: www.henriquebarbosa.com

As temáticas de resistência reaparecem na vida cotidiana da cidade, a exemplo da recente produção local de música, literatura e cinema, e mesmo através de iniciativas divertidas e irreverentes como o Bloco de Carnaval “Empatando a Tua Vista”, criado por arquitetos, no qual as fantasias simulam os edifícios verticais da arquitetura local.

Figura 4: Agremiação Carnavalesca “Empatando a tua vista”



Fonte: Nilton Pereira (<https://direitosurbanos.wordpress.com/tag/empatando-tua-vista>)

Em suma, do poder público à Academia, passando pela sociedade civil, o tema recorrente é a valorização da cidade e a atmosfera das ações e debates é de *resistência* ao *edifício vertical* que outrora foi a glória do pensamento arquitetônico local.

Ora, se esse movimento tem por base uma problemática urbana concreta, ele ocorre em paralelo ao forte aumento da oferta profissional e a drástica redução das oportunidades de trabalho dos arquitetos, de forma que também podemos afirmar que a resistência é um movimento de conquista de novos espaços de atuação profissional.

Crise da profissão de arquiteto?

Embora o sentimento no meio profissional seja de uma certa crise, ou, no mínimo, de esgotamento de um modelo de profissão liberal centrado no edifício vertical, percebe-se, ao mesmo tempo, uma inegável euforia quanto à redescoberta de um novo território de ação: o projeto (*design*) da cidade. A euforia existe, e é justificável, pois, desde meados dos anos 1990, a arquitetura passou por um amplo processo de standardização e racionalização cujos efeitos parecem ter desconstruído importantes representações históricas da profissão enquanto atividade de inovação social, tecnológica e estética. Esse fato é ainda mais agravado pela coincidência desse processo com o rápido processo de verticalização e adensamento construtivo da cidade, com inegável impacto sobre a paisagem urbana. Ocorre, sem sombra de dúvida, uma crise de legitimidade do arquiteto de escritório, fato exacerbado pela ocorrência de uma forte concentração das atividades de projeto em número muito reduzido de profissionais. Além do que, até essa altura, a principal encomenda dirigida a esses profissionais era a do edifício vertical, num momento em que este começa a ser denunciado como o grande vilão da cidade.

Todavia, e muito rapidamente, parece ocorrer o início de uma importante reformulação no ideário profissional, fenômeno que atinge, ao mesmo tempo, a sociedade civil – agora articulada por poderosas redes digitais –, o meio artístico, Academia e as principais agências de regulação e planejamento urbano. Em duas décadas, o edifício vertical – que tão bem representava o primor da tradição arquitetônica local – vai de herói a vilão, e é assim que os debates migram do edifício para a cidade.

Mas de qual cidade afinal estamos falando?

Ao que parece, fala-se principalmente da cidade formal, pois, no campo do planejamento urbano, ocorre uma inegável desmobilização das instâncias ligadas às *comunidades territorializadas* (em especial, as ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social), e, se levarmos em conta que, na prática de projeto, apenas 7% das construções no Brasil são feitas por arquitetos, constatamos que a cidade dos arquitetos está ainda bem longe de ser a que representa o modo- padrão de viver no urbano: a *informalidade*.

Além do que, deve-se ter em mente que essa redescoberta da cidade formal como campo de atuação profissional ocorre em concomitância com o citado desmonte das atividades de planejamento, situação que deve nos levar a ter o cuidado e a permanente atenção crítica de questionar em que medida essas novas oportunidades de projetar a cidade estão funcionando como uma espécie de *ações de substituição* à tradicional prática estatal de planejamento.

Da mesma forma, deve-se ficar atento para o que até então foi uma das principais características da ação estatal brasileira: a porosidade institucional que tende a se refletir em ações pouco democráticas, pois socialmente desproporcionais em termos de acesso as esferas de decisão – embora não necessariamente ilegais – de contratação da atividade do arquiteto e urbanista.

Em resumo, aqui reconhecemos a importância e irreversibilidade da mutação do ideário profissional do arquiteto em direção a uma atividade mais compreensiva para com a cidade, mas, ao mesmo tempo, chama-se a atenção para que essas novas oportunidades – que, num primeiro momento, tendem a ser mais aproveitadas pelas camadas médias intelectualizadas e que sempre se posicionaram com maior proximidade aos grupos decisórios – não ofusquem o nosso entendimento crítico da atual crise e desmonte da ação estatal em matéria de planejamento.

A cidade deve ser o foco da atenção do arquiteto contemporâneo, mas, incluídas aí todas as suas manifestações – físicas e sociais –, inclusive as ditas informais, isso sem querer, através dessas ações, substituir a ação estatal no campo do planejamento do território e no atendimento às demandas sociais.

Uma nova forma de fazer arquitetura?

No Recife, a partir sobretudo de meados da segunda década deste século, diversos grupos de jovens arquitetos e estudantes, organizados no formato de cooperativas ou coletivos, trabalham no sentido de construir uma resposta possível às demandas da cidade, em especial, aos grupos mais vulneráveis e aos movimentos sociais.

Essa resposta é dada em formato de assessoria econômica e política, mas trazem, sempre, uma proposta de intervenção física expressa em desenhos e projetos de arquitetura.

Esses grupos, normalmente autodenominados de “coletivos”, organizam-se em formato multidisciplinar e tendem a criticar a organização hierárquica característica da organização empresarial. Preferem, assim, se identificar como organizações autogeridas em formato horizontal – que valorizam, inclusive, práticas participativas com os usuários e habitantes das comunidades ou movimentos –, e que, muitas vezes, praticam uma relativa variação de sua composição profissional. Percebe-se, ainda, pelo menos dois tipos de organização: a mais comum, compreende grupos relativamente permanentes de arquitetos e estudantes que, reunidos, desenvolvem vários trabalhos em *diversos localidades* da cidade; já outras se formam a partir de *demandas localizadas* – como por exemplo o Coletivo Jardim Secreto do Poço da Panela, em Recife – e permanecem aí organizadas, articulando também os moradores da localidade imediata à intervenção.

É por aí, pois, que se multiplicam no Recife grupos como o Arquitetura Faz Bem, Vendaval Catalizadora de Impacto Social, Chão, Coletivo Massapê, Cooperativa de Arquitetura, Urbanismo e Sociedade – CAUS, dentre outros. Esses “coletivos” desenvolvem, de forma colaborativa com os usuários e numa atuação em rede com outros atores, interpretações de editais públicos e privados, além de outras ações empreendedoras, buscando viabilizar projetos que vão da horta comunitária e praça da favela à sede de maracatu.

Figura 5: Horta Comunitária da Vila Santa Luzia. Intervenção e Projeto do Coletivo Massapê



Fonte: Slide de apresentação do Coletivo Massapê no evento *Grupos Emergentes na Produção do Habitat Social*, promovido pelo Fórum da Arquitetura Social, Auditório do CAC/UFPE, em 24/5/2019.

Essas ações parecem estar consolidando um campo de ação social na esteira do que hoje se chama de “assistência técnica” às comunidades e movimentos sociais, embora aqui, e diante da ainda precária locação de verbas públicas previstas para a lei de assistência técnica, elas revelem estratégias que mesclam um novo tipo de empreendedorismo com uma nova concepção de militância política não mais reduzida a uma atuação partidária, mas agora voltada para o atendimento das demandas cotidianas da cidade.

Figura 6: Praça Comunitária. Intervenção e Projeto do Coletivo Massapê



Fonte: Slide de apresentação do Coletivo Massapê no evento *Grupos Emergentes na Produção do Habitat Social*, promovido pelo Fórum da Arquitetura Social, Auditório do CAC/UFPE, em 24/05/2019.

Figura 7: Oficina na Comunidade do Pilar, Bairro do Recife
 Projeto e intervenção da Cooperativa de Arquitetura Urbanismo e Sociedade – CAUS



Fonte: Slide de apresentação do CAUS no evento *Grupos Emergentes na Produção do Habitat Social*, promovido pelo Fórum da Arquitetura Social, Auditório do CAC/UFPE, em 24/05/2019.

Uma reinterpretação da política e das práticas do pertencimento à cidade

É evidente que a militância dos arquitetos nas lutas urbanas não é fato novo, mas pudemos observar nas experiências desses grupos uma grande variedade de temas de mobilizações que, além de superarem a tradicional luta partidária em busca da conquista do poder, fundam suas ações em temas do cotidiano da vida urbana, tudo isso articulando o ato de projetar às lutas e mobilizações sociais.

De fato, embora a concepção hegemônica de militância e lutas urbanas dos anos 1970 – fortemente influenciadas pela reflexão sobre a “Questão Urbana” de Manuel CASTELLS (1972) (1) – tenha ampliado a interpretação do fazer política para além do espaço fabril do operariado, revelando, assim, o potencial contestatório dos temas da cidade, a compreensão de luta política parecia ainda reduzida ao mundo do *trabalho*, uma vez que insistia em conceituar a *cidade* enquanto *espaço da reprodução da força de trabalho*. Não é por outra, pois, a ênfase na reflexão sobre as lutas dos movimentos pela habitação e as dos usuários de transportes coletivos, e, digamos assim, a prevalência de um debate teórico-político em detrimento da valorização de uma prática de projeto.

É só, pois, a partir de meados dos anos 1980, que as lutas urbanas e a cidade surgem como palco das *manifestações identitárias* que emergem do *cotidiano da vida urbana* – movimento feminista, LGBT, negros, dentre outros – e não mais fundamentalmente associada ao espaço do *trabalho* e da *reprodução da força de trabalho*. Aliás, essa interpretação aparece muito bem expressa no trabalho de Eder SADER (1988) (2) ao falar de “Quando novos personagens entraram em cena”, e também, no trabalho de Décio SAES (1984) intitulado “Classe Média e Sistema Político no Brasil” (3). Em todo caso, não obstante a importância dessa nova interpretação das lutas urbanas, o debate e a militância política ainda insistiam em olhar a prática de projeto como uma atividade de gabinete distante das lutas sociais (4).

A nosso ver, o que parece ocorrer de novo no atual momento do campo da arquitetura, em especial, com a emergência desses grupos de jovens arquitetos, parece ser a apropriação do conjunto dessas interpretações, mas, fundamentalmente, o *alargamento* do campo da *política* para uma escala *micro*, centrada no *cotidiano urbano*.

Figura 8: Cinema na Comunidade. Intervenção e Projeto do Coletivo Massapê



Fonte: Slide de apresentação do Coletivo Massapê no evento *Grupos Emergentes na Produção do Habitat Social*, promovido pelo Fórum da Arquitetura Social, Auditório do CAC/UFPE, em 24/05/2019.

Figura 9: Sarau na Comunidade. Intervenção e Projeto do Coletivo Massapê



Fonte: Slide de apresentação do Coletivo Massapê no evento *Grupos Emergentes na Produção do Habitat Social*, promovido pelo Fórum da Arquitetura Social, Auditório do CAC/UFPE em 24/05/2019.

Acrescente-se que a reinterpretação desse cotidiano compreende tanto um “olhar sensível” apto a descobrir em cada recanto da cidade um tema e um espaço para a prática do projeto, como também um saber que valoriza a integração dos usuários aos projetos e atividades propostas. Os projetos e as atividades desenvolvidas aparecem como uma oportunidade para o exercício da redescoberta e conquista dos espaços da cidade como ambiente lúdico e de afirmação da cidadania, incitando, assim, a prática do pertencimento urbano – bem na linha do que hoje se chama de “urbanismo tátil”.

Figura 10: Sarau na Comunidade. Intervenção e Projeto do Coletivo Massapê + INCITI



Fonte: Slide de apresentação do Coletivo Massapê no evento *Grupos Emergentes na Produção do Habitat Social*, promovido pelo Fórum da Arquitetura Social, Auditório do CAC/UFPE, em 24/05/2019.

Ocorre, na verdade, um claro alargamento do entendimento da política – que poderíamos chamar de micropolítica urbana do cotidiano –, e com isso, o resgate da prática do desenho e do projeto para o campo do social e da política, entendida agora, fundamentalmente, como manifestação plural, pois saturada de temas do cotidiano.

Uma reinterpretação das práticas de ateliê

Não é difícil relacionar o alargamento do campo da projeção arquitetônica para todo o espaço da cidade e a emergência desses grupos de arquitetos do social às importantes redefinições conceituais no ideário da profissão que vimos anteriormente – em especial, as reformulações dos currículos acadêmicos ocorridas recentemente nas principais escolas do Brasil – e também, de uma maneira geral, a nova compreensão da política ocorrida na virada do século XXI, entendida agora como campo plural não mais prioritariamente voltado para a conquista do poder, via atuação partidária.

No Recife, a reformulação do currículo acadêmico do Curso de Arquitetura da UFPE, ocorrida em 2010, reformulou, dentre outros aspectos, no âmbito dos ateliês de projeto, a tradicional prática de projeto outrora centrada numa visão positivista e funcionalista da resolução do edifício. A atual prática nos ateliês de projeto não só se propõe a ser uma atividade integradora da arquitetura, urbanismo e paisagismo, como articula essa atividade com as demais disciplinas do curso, trazendo, assim, o debate conceitual para o campo da resolução projetual.

Essa nova prática de projeto trouxe para as pranchetas dos alunos de arquitetura toda uma abordagem conceitual do edifício e da cidade que até então, embora formuladas nos anos 1960 e 1970 do século passado, e muito presente no pensamento arquitetônico europeu e americano, esteve, por diversas razões, afastada dos ateliês de projeto – e mesmo das outras áreas da formação do arquiteto brasileiro.

É por esse caminho que os alunos de arquitetura, no interior dos ateliês de projeto, incorporam lições que vão de Jane JABOBS (1963) (5) e Aldo ROSSI (1966) (6) à Norberg-SCHULZ (1976) (7), dentre outros, e que Kate NESBITT (2013) tão bem definiu como sendo “Uma Nova Agenda para a Arquitetura”.

Todavia, cabe aqui perguntar onde ficam, nesta agenda, os escritos e as experiências dos arquitetos mais especificamente dedicados ao que chamamos de *cidade informal* – experiências que no Brasil remontam aos anos 1960 – e que os novos grupos de jovens arquitetos tão sabiamente definiram como um campo importante de suas atuações profissionais?

Ora, essa resposta deve ser formulada em duas etapas.

Em primeiro lugar, entender que essa defasagem de meio século (1960 a 2010) necessária para que esses escritos fundadores de uma reflexão sobre a vida urbana e a paisagem da cidade fossem incorporados às

práticas de ateliês de projeto, se deve em grande medida ao isolamento político e à prática da censura ideológica a que o Brasil esteve submetido entre pelo menos 1964 e 1985.

Em segundo lugar, não podemos deixar de falar da hegemonia do pensamento urbanístico e arquitetônico adepto da corrente funcionalista do Modernismo entre os professores e arquitetos brasileiros nesse último meio século.

Todavia, independentemente dessa “censura” ou “esquecimento” intelectual, a experiência brasileira tem hoje importantes referências projetuais de requalificação urbana, inclusive de áreas informais como as favelas, e é preciso que essa reflexão seja incorporada aos ateliês de arquitetura como fazendo parte da agenda da arquitetura para o século XXI.

A principal referência é, sem dúvidas, pelo pioneirismo, as experiências de requalificação urbana do arquiteto Carlos Nelson FERREIRA DOS SANTOS (1985) (8), em meados dos anos 1960, nos bairros populares do Rio de Janeiro cujas ocupações ditas informais estavam ameaçadas de remoção para conjuntos da periferia da cidade.

Acrescentamos, no entanto, outras importantes referências, como as experiências de Hector VIGLIECCA, Jorge Mário JAUREGUI, Demetre ANASTASSAKIS, dentre outros mais recentes, e aproveitamos para perguntar o porquê dessas reflexões ainda se insinuarem de forma pouco contundente nos ateliês de projeto dos cursos de arquitetura?

Outra inquietação vem também da constatação de se tratar de autores de origem estrangeira – Uruguai, Argentina e Grécia –, embora, indiscutivelmente, representantes do que podemos definir como sendo o “pensamento brasileiro” em matéria de intervenção projetual em favelas e demais espaços informais.

É urgente, pois, incorporar, de forma sistemática e definitiva, todas essas contribuições à agenda do arquiteto brasileiro, em especial, nos ateliês de projeto. Isso porque elas falam da realidade das nossas cidades, trazem uma metodologia já bem-sistematizada de intervenção, particularmente importante sobre nossos espaços informais, e não é arriscado dizer que, além das lições sobre a chamada habitação social, mostram bem o que é o desenho urbano brasileiro.

3 CONCLUSÃO

Na virada do século XXI, emerge um *movimento de resistência* à deterioração da *arquitetura*, da *paisagem da cidade* e da *qualidade de vida* do cidadão, em que os arquitetos ocupam uma posição de vanguarda.

Nesse processo, ao mesmo tempo teórico e prático, ocorrem importantes redefinições que perpassam de forma transversal o conjunto da sociedade pois se estendem da gestão pública e academia às atividades e expressões ditas do cotidiano da cidade.

O texto procura mostrar que essa redescoberta da cidade enquanto palco de atuação do arquiteto inclui tanto a cidade formal como as áreas informais – a exemplo das comunidades de interesse social. No mesmo sentido, argumenta que, se já é possível falar de uma nova forma de ser arquiteto e fazer arquitetura, isso teve como pressuposto tanto a reformulação do ensino da arquitetura quanto a reinterpretação da política e das formas de se fazer pertencer à cidade.

Nesse período, parece ter ocorrido, na verdade, um alargamento do campo da política para além da luta partidária e dos temas estritamente ligados ao mundo do trabalho – e, por aí, uma redescoberta do cotidiano urbano. Ao mesmo tempo, no campo do ensino, foi necessária a releitura de textos clássicos da arquitetura – inclusive do que chamamos de o “pensamento brasileiro” em matéria de desenho da cidade informal –, o que possibilitou, no campo da prática profissional, a reaproximação do arquiteto com os temas da cidade e, sobretudo, a reincorporação da atividade de projetar ao campo da política, entendida aqui como manifestação plural, pois saturada de temas do cotidiano da cidade.

4 REFERÊNCIAS

- CASTELLS (1983), Manuel. *A questão urbana*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- FERREIRA DOS SANTOS (1985), Carlos Nelson. *Quando a rua vira casa*. São Paulo: Ed. Projeto. 3ª edição.
- JACOBS (2011), Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes. 3ª edição.
- ROSSI, Aldo (2001). *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- MOTTA (1991), Enio Laprovitera. *Um novo saber militante*. Recife: MDU, Dissertação de Mestrado.
- NESBITT (2014), Kate. *Uma nova agenda para a Arquitetura: antologia teórica (1965-1995)*. São Paulo: COSACNAIFY.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. "O fenômeno do lugar" in NESBITT (2014), Kate. *Uma nova agenda para a Arquitetura: antologia teórica (1965-1995)*. São Paulo: COSACNAIFY.
- SADER (1988), Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo: Martins Fontes.
- SAES (1984), Décio: *Classe Média e Sistema Político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor.

5 NOTAS

- (1) A primeira edição da *Questão Urbana* de Manuel Castells foi publicada em francês em 1972. Aqui, consultamos a edição brasileira de 1983. CASTELLS (1983), Manuel. *A questão urbana*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- (2) Refiro-me ao trabalho do sociólogo Eder SADER intitulado *Quando novos personagens entraram em cena* e publicado no Brasil em 1988. SADER (1988), Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo: Martins Fontes.
- (3) Refiro-me ao trabalho sobre o comportamento político das classes médias brasileiras: SAES (1984), Décio: *Classe Média e Sistema Político no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz Editor.
- (4) É verdade que, no início dos anos 1990, o fenômeno das ONG's, em especial, as coordenadas por arquitetos, já anunciavam um novo caminho de atuação profissional que MOTTA (1991), analisando a cidade do Recife, chamou de *Um novo saber militante*. Todavia, e não obstante a importância dessas experiências, o que vemos de novo no contexto atual é uma ênfase muito mais contundente nos temas do cotidiano urbano, fato que pressupôs uma reinterpretação do campo da política e da própria noção de projeto urbano voltado para a esfera "micro" das práticas urbanas.
- (5) Refiro-me ao trabalho de Jane JACOBS intitulado *Morte e vida de grandes cidades* e publicado originalmente nos EUA em 1963. Aqui, consultamos a edição brasileira de 2011. JACOBS (2011), Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes. 3ª Edição.
- (6) Refiro-me ao trabalho *A arquitetura da cidade* publicado originalmente em italiano em 1966. Aqui, consultamos a edição brasileira de 2001. ROSSI, Aldo (2001). *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- (7) Refiro-me às ideias do teórico norueguês Christian Norberg-Schulz que, desde os anos 1960, vem refletindo sobre a fenomenologia dos lugares e onde se destaca o conceito de "Espírito do Lugar" Aqui, consultamos o texto *O fenômeno do lugar* publicado na antologia de textos teóricos organizados por Kate NESBITT. NESBITT (2014), Kate. *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)*. São Paulo: COSACNAIFY.
- (8) Refiro-me às experiências pioneiras de urbanização de favelas no Rio de Janeiro do arquiteto Carlos Nelson FERREIRA DOS SANTOS. Aqui, consultamos o texto FERREIRA DOS SANTOS (1985), Carlos Nelson. *Quando a rua vira casa*. São Paulo. 3ª Edição.

NOTA DO EDITOR (*) O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade do(s) autor(es).